

CONFERÊNCIAS

O INFANTE D. HENRIQUE E SUA ÉPOCA (1).

I). — A figura do príncipe.

O Infante D. Henrique nasceu na cidade do Pôrto no dia 4 de março de 1394, e morreu em Sagres, pobre e endividado, aos 13 de novembro de 1460, sentindo o marulhar das vagas e, certamente, olhando, comovido, a amplidão atlântica, cujos segredos êle fizera devassar.

Vulto sobremaneira difícil para a historiografia contemporânea, quer pela complexidade etno-psicológica, quer pela escassez de documentos. Sente-se que há muito que investigar nos arquivos portugueses, especialmente no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, em Lisboa, para, sob uma luz mais forte, se poder focar essa figura representativa e predestinada, do iniciador de uma gigantesca e repercussiva epopéia humana de profundo sentido universal que foi a conquista do Atlântico ignoto, fato novo na história do mundo, e que constitui o grande acontecimento dos tempos modernos.

E' necessário considerar o Infante não meramente como homem. Sua silhueta moral, rígida e anti-sentimental, pouco comunicativo, taciturno, solitário, vestido de negro, vivendo de costas voltadas para a Côrte e para a vida afetiva, todo debruçado sôbre o sol da sua idéia fixa, perturba os sentidos do historiador. Seu perfil intelectual, místico e moral, cujo caráter está vincado a traços vigorosos, maravilhosamente esculpido no mármore da sua alma de fanático da Pátria e da Fé, provoca admiração e respeito.

O seu heredo bio-psicológico estava na confluência de duas raças diferentes de onde provinha a sua ascendência, pois era filho de uma senhora inglesa, D. Filipa, irmã do rei de Inglaterra, Henrique IV, ambos filhos de João de Gaunt, duque de

(1). — Conferência realizada em São Paulo, aos 29 de maio de 1959, na Casa de Portugal.

Lencastre, e de D. João I, Mestre de Avis, guindado ao trono pela gloriosa revolução democrática e patriótica de 1385. A influência materna devia ser decisiva na infância do príncipe, sobretudo na formação dos vigorosos sentimentos de honra, religião, dever e pátria.

De alta estatura, “de carnadura grossa e de largos e fortes membros”, como o pinta o cronista Zurara, era vagaroso e lento de maneiras e muito fleumático, à inglêsa, bem diferente de D. João II, voluntarioso e decidido, que para marchar mais depressa apunhalou o Duque de Viseu.

Aguerrido e bravo em Ceuta, pela idade moça e pela educação do tipo medieval e cruzádica, e dentro da moral da cavalaria do Amadis, inculcada na infância a formação da sua mentalidade adulta fêz-se, porém, com a absorção da cultura geográfica e cosmográfica dos antigos, criando-lhe o espírito novo, da nova curiosidade geográfica, do ineditismo morfológico do mundo atlântico nascente, já fora do mundo mediterrâneo. Libertado da voluptuosidade medieval das cavalarias e conquistas, recolhido em Sagres como um frade no seu convento, todo entregue à sua obsessão do mar, curioso e tenaz animador das navegações, não se comovendo nem se embaraçando com as mortes, perdas, intrigas e naufrágios, já habituado à dor no seu masoquismo religioso, trazendo cilício ao redor das suas carnes, para endurecimento do seu querer, ardendo de paixão interior pelo seu sonho cravado no cérebro e que em Alfarrobeira se sobrepunha ao coração, como êle próprio se sobrepunha à sua época.

Veneza e Constantinopla declinavam no Mediterrâneo, e o clarão de Lagos, que conduzia ao triunfo o novo mundo atlântico deve-se incontestavelmente ao taciturno alfarrabista de Sagres, culto, tenaz, animador, sofredor e paciente, conduzindo a sua idéia sem desfalecimentos, através das pestes, das mortes dos irmãos, do naufrágio, da derrota de Tânger e da falência até ao triunfo da sua inteligência de vidente, o que fêz dêle um vulto histórico de primeira grandeza, e que Oliveira Martins classificou de herói à falta de outro adjetivo.

Desde a sua meninez, adquirira o Infante hábitos de estudo e de métodos, sob a direção e conselho da mãe e no convívio orientador do físico-mor da Côrte, D. Moisés, e de mestre Guedelha. Autodidata, já na adolescência conhecia a estratégia militar e a arte da guerra no cêrco que dirigiu e aplicou em Ceuta, a ponto de dar brado na Europa. Trabalhava até de manhã compulsando Estrabão, Edrisi, Ptolomeu e os matemáticos árabes Hazan e Alboacem. A par desta cultura científica

da época, possuía ainda uma razoável cultura humanista, literária, patriótica, apologética e mística, adquirida no âmbito ideológico e moral de seus irmãos D. Duarte e D. Pedro. Era leitor das obras de Cícero, de Sêneca e de César, e, como ardente cristão que tinha assistido ao ruir da empresa dos Cruzados sobre a Terra-Santa, meditava e lia com unção mística as “Confissões” e as “Meditações” de Santo Agostinho, as “Colações” de São João Cassiano e o eterno “Eclesiastes” bibliano que alguma resignação lhe haveria inculcado para a sua formal renúncia ao mundanismo da Côte.

Pôsto isso, vejamos os três momentos da vida do Infante D. Henrique numa determinada época.

II). — O primeiro momento: 1394-1415.

a). — **As crises do século XIV.** O Infante nasceu numa época em que o mundo estava em crise. O século XIV foi um período de acentuada efervescência social. O drama não é português — é europeu. A reconquista cristã do Mediterrâneo, pela expansão militar e religiosa do Ocidente, suscitara por toda a parte novas condições de vida. O Ocidente cristão, até então voltado sobre si mesmo, encontrou, com a retomada das suas tradicionais vias de expansão, as forças necessárias ao seu crescimento orgânico. A Europa, súbitamente alargada até às costas da Ásia Menor, saindo da estagnação em que se fechara, acabou derrubando os obstáculos que entravavam a sua marcha progressista. Algumas cidades da Flandres (Bruges, Ypres e Gand) e do Mediterrâneo italiano (Veneza, Gênova, Pisa e Florença) surgem no quadro europeu como os grandes baluartes da reação de uma nova classe de mercadores e marinheiros, contra os tradicionais agregados senhoriais, possuidores dos vastos domínios agrícolas.

O renascimento comercial do Mediterrâneo cristão em breve alcançou e dominou o continente europeu. Pelo norte da Itália, pelo sul da França, os itinerários da atividade mercantil estendiam-se pela Europa Central, encontrando no Mar do Norte favoráveis condições de vida. É todo um novo mundo que surge no Ocidente e que vai tornando impossível a sua coexistência com o velho regime dominial. A Europa vai saindo apressadamente de uma economia natural, regionalmente dividida e autárquica, para entrar nos quadros de um novo sistema econômico assente na troca à distância, e caracterizado pela mobilidade de riqueza e pelo trabalho livre.

Essa profunda transformação da sociedade ocidental trazia, porém, dentro de si, os terríveis sintomas das futuras re-

voluções sociais e econômicas que abalaram os quadros europeus do século XIV. O renascimento comercial cria novas fórmulas de acumulação social de riqueza que se faz pela especulação e exploração do pequeno produtor, e pela ruína do senhorio rural.

Em Flandres, por condições geográficas e históricas particulares, surgiram os primeiros entrepostos comerciais e industriais da Europa continental. Bruges, Liège, Gand e Ypres centralizam toda a atividade produtiva do Mar do Norte. Ali se desenvolve, graças às trocas com o Levante, efetuadas através das firmas italianas, uma atividade econômica que põe novos problemas de mercado e de matérias primas — a indústria dos tecidos. A concorrência no mercado dos têxteis criou novos problemas econômicos que cavaram profundos abismos sociais, especialmente na Flandres, na Inglaterra e na Itália: por um lado os grandes comerciantes, senhores do capital, dominando a produção e as trocas; por outro uma miserável multidão de artífices vivendo a reclamar melhor paga. Não admira que as rebeliões que assolaram a Europa no século XIV adquirissem o caráter de verdadeiras revoluções de fome. Os organismos individuais e coletivos, ameaçados pelo terrível espectro da morte, reagiram com a energia e a força do desespero. A Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que colocou à Inglaterra a urgente solução do problema do poder marítimo, gerou, com as pestes que a acompanharam, as mais medonhas fomes de que temos notícia. A fome do pão que invadiu todos os lares do Ocidente, foi uma constante na história econômica e social do século XIV. Na metade do século a peste negra alastrou-se, mortífera, pela Europa indefesa. O flagelo, que ceifou mais vidas que a própria guerra dos Cem Anos, alcançou a zona agrícola onde, igualmente, era enorme a diferenciação social. A Europa do século XIV apresenta o triste espetáculo de uma civilização em crise — período de transição repleto de temores e terrores. As rebeliões ou são totalmente urbanas (Bruges, Ypres e Gand, e as de Florença) ou rurais, como as inglesas em 1381 ou, ainda, urbano-rurais, como a que impeliu os camponeses da França para a conhecida Jacquerie, na segunda metade do século.

b). — **Portugal na crise.** Nesse drama europeu deve inserir-se a crise portuguesa de 1383-1385. A Guerra dos Cem Anos foi sobretudo uma revolução social, e a crise portuguesa em fins do século XIV é um fenômeno conexo com essa vasta agitação do mundo ocidental. Crise dinástica e crise de classes

são elos de uma mesma corrente. A rebelião tornou-se uma questão européia, não apenas peninsular. A crescente importância dos portos portugueses como escala entre o Atlântico e o Mediterrâneo despertou o interesse da Inglaterra, enquanto a França, procurando garantir-se no mar, cortejava uma aliança com Castela. Duas potências de forças terrestres ((França e Inglaterra), aliando-se a nações marítimas, respectivamente Castela e Portugal. Política de blocos, capítulo da Guerra dos Cem Anos. Portugal acha-se em guerra com Castela — episódio da Guerra dos Cem Anos. A praga também flagelou os lares portugueses. O drama é o mesmo. Em outubro de 1383, com a morte de D. Fernando, a crise entrou numa nova fase. A morte do rei deixou a nação numa angustiada encruzilhada. O monarca não deixou filhos varões. A dinastia ficou ameaçada. O pior, no entanto, era a perda da independência nacional. O impensado casamento com Leonor Teles, além de alterar as boas relações que Portugal assentara com Castela no Tratado de Alcoutim, deixava a nação à beira de um abismo. D. Beatriz estava casada com D. João I de Castela. Em virtude do tratado de 2 de abril de 1383, era D. Beatriz sucessora da Corôa, ficando a rainha como regente durante a menoridade do infante que viesse a nascer do matrimônio da filha de D. Fernando, ao qual haveria de pertencer o trono. No caso de D. Beatriz morrer sem filhos, Leonor continuaria com a regência do reino. Neste caso D. João I de Castela abdicaria da pretensão de vir a ser rei de Portugal. O espírito do tratado era precisamente êsse: evitar a unidade peninsular em favor de Castela.

Após 16 anos de govêrno (1367-1384) castigados de amarguras, D. Fernando legava ao reino a 'desastrosa regência de Leonor Teles. Só então é que a nação compreendeu a gravidade da crise nacional. Um fulgor de febre alcançou o coração português — tomada de consciência. O fato de D. Beatriz estar casada com um monarca estrangeiro era uma ameaça permanente. As classes populares, porém, sentiram-se com forças para empunhar o porrete e varrer das posições de mando a adúltera rainha e o valido. Eliminar o Andeiro e substituir a rainha no govêrno do reino, tal era a aspiração dos "miúdos" e de alguns nobres. O grave problema sucessório criara o ambiente propício para as rebeliões político-sociais que iriam perturbar os sentidos e a paz de Portugal. O **processus** político e social do país chegava, finalmente, a um momento de crise orgânica, traduzido por uma terrível 'crise dinástica.

Note-se que a vontade popular não se identificava com o diploma de casamento de D. Beatriz. O tratado apresentava-se no panorama político do país como um novo cavalo de Tróia destinado a introduzir nos arraiais da política nacional portuguesa os indesejáveis soldados de Castela. Administração e indisciplina política eram males a curar. A paz era uma palavra que podia ser riscada a qualquer momento. Se o povo a custo suportava a regente, o angustioso pensamento de um possível domínio castelhano era-lhe intolerável. O labirinto levava a uma única saída. Tôdas as consciências populares e de uns poucos elementos da nova nobreza estavam dispostos a eliminar os estorvos nacionais. Portugal vivia dias angustiosos num ambiente pesado e hostil.

Os animadores convictos e entusiastas da revolução popular e patriótica são Álvaro Pais e Nuno Álvares. Mais maneirosos que o precipitado Fernão Vasques, não seguiram a ouzadia desgovernada do infeliz alfaiate que subiu ao patíbulo por ousar lembrar a D. Fernando os seus deveres de rei. Os novos chefes da insurreição tomam medidas mais pensadas. O plano é mais audacioso, porém é mais refletido. Morto o Andeiro, a rainha sucumbiria no brazeiro revolucionário.

Para salvar o doente organismo português, Álvaro Pais diagnosticou intervenção cirúrgica imediata, que, pelo volume do tumor, não podia ser de bisturi, mas de espada. O diagnóstico era assustador, mas correspondia à virulência da infecção: o Andeiro precisava ser morto. Por Álvaro Pais? Não. Por alguém de maior prestígio no reino e que servisse de instrumento político capaz de executar os planos do maneirosos líder popular. Por isso Álvaro Pais procura um chefe para consumir o ato: o Mestre de Avis.

A atitude do filho de Tereza Lourenço, a princípio hesitante, ia definir-se personificando a revolução. O perigo que a nacionalidade corria era o melhor argumento de Álvaro Pais. O Mestre acabou por concordar com o diabólico plano traçado pelo cérebro revolucionário. Ficou, pois, assente que o Andeiro seria eliminado. A morte do conde de Ourém seria o primeiro ato efetivo para a independência portuguesa. O movimento revolucionário identificou-se logo: era nitidamente popular e patriótico. À conjuração aderiram alguns nobres da nova geração, dentre eles Nuno Álvares Pereira, o conde de Barcelos, Rui Pereira, Lopo Vasques e Lourenço Martins.

Álvaro Pais não perdeu tempo. Selou o velho cavalo do povo, montou-o como quis, e chamando para a garupa o filho de Tereza Lourenço rumou para o 6 de dezembro de 1383.

Morto o Andeiro, o Mestre viu-se lançado ao primeiro plano do quadro político português. O caminho do trono estava aberto. Restava percorrê-lo. O fioso e fiel cavalo treinado por Álvaro Pais continuava arreado. Bastava montá-lo e dar de esporas. Foi o que fez.

A morte do amante da rainha seguiu-se a esperada sublevação popular que destituiu Leonor Teles da regência e confiou o poder ao Mestre de Avís. Aos olhos esbugalhados das classes populares, o matador do Andeiro surgia como o “Messias” de Lisboa. O poder da despiedosa viúva de D. Fernando foi sepultado com o corpo de seu amante. A rainha viu-se perdida. Não encontrando outra saída, foi-se pela porta dos fundos para Santarém, de onde marcou encôntro com o monarca castelhano que aguardava um pretexto para invadir Portugal.

Nessa altura a nação dividiu-se. Os “miúdos” temem um contra-ataque do grupo da rainha constituído por elementos da velha aristocracia e do alto clero, que se escudava numa pretenza legalidade e nas armas castelhanas. A lembrança de Fernão Vasques subindo ao patíbulo amedronta os pequenos. Leonor Teles já dera mostras de sua vingança.

A proclamação do Mestre, investidura popular, cortara os últimos laços com a rainha. As aterradoras notícias sôbre a entrevista de Leonor com seu genro castelhano punham o povo de atalaia. O que se procura no Mestre é a segurança da independência nacional. D. João I de Castela não se interessava pelo destino de sua sogra. O seu desêjo era a Corôa de Portugal.

A nação se dividia. Todos eram patriotas a seu modo. A questão da legalidade afastava do “Messias” de Lisboa a melhor parte da nobreza acastelada. Ademais, o partido da rainha parecia ser o mais forte. A causa do Mestre era uma aventura. Como enfrentariam a aguerrida cavalaria castelhana? O fogo arruaceiro dos “miúdos” seria apagado de um sôpro. Por isso a alta nobreza, o clero e os senhores de herdades não hesitaram: manifestaram-se decididamente anti-revolucionários, acompanhando a causa da rainha. Dêsse tremendo impacto de interêsses e contradições surge a guerra civil — revolução nacional, popular e patriótica.

Castela era contra Portugal, e Portugal contra si mesmo.

O sentimento patriótico do Mestre e dos “miúdos” não bastava. A causa da soberania nacional para triunfar precisava de um mínimo de condições materiais. Numa palavra — precisava ser financiada. Com que armas iriam enfrentar o

partido da rainha e a invasão castelhana? O drama era angustiante.

A solução encontrou-a Alvaro Pais: atrair a burguesia econômica dos portos para a sua causa. Com a adesão dos mercadores lisboetas e portuenses a força do Mestre triplicou. A burguesia que até então se entreolhava percebeu de que lado soprava o vento. Por isso deixou a posição hesitante para aderir à causa nacional. O veredito solucionador do caso sucessório e da independência passou a interessar-lhe por ser definitivo quanto ao seu próprio futuro. A vitória da rainha e de Castela traria consigo a consolidação do poder senhorial, de prognóstico desinquietante no que respeita à posição da burguesia. Os mercadores do reino pesaram bem as ponderações feitas pelos dois partidos em torno da realidade nacional, antes de dar o voto à causa da independência. Enquanto a revolução de Alvaro Pais se fazia em favor da regeneração dos costumes, desviados e corrompidos por tantos abusos da regente e do Andeiro, a burguesia cruzou os braços, limitando-se a acompanhar os acontecimentos. Mas agora a causa do Regedor e Defensor do Reino é outra. A batalha pela recondução do país à estrada certa e a preservação da soberania nacional lhe diziam respeito. Uma vitoriosa aliança com o Mestre acendia esperanças de época melhor. Tudo ficou claro e visível à luz dos acontecimentos que o bom senso burguês descortinou para auscultar a crise nacional portuguesa.

A adesão das classes econômicas avançadas à causa do “Messias” de Lisboa abriu à rebelião uma nova fase. Só então é que a revolução democrática e patriótica de 1383 passou a ser financiada e dirigida pela burguesia do reino. Comprando fidalgos para seu serviço, contratando arqueiros na Inglaterra para combater a aguerrida cavalaria de Castela, o burguês abriu os seus bolsos, financiando a revolução com o claro intento de dirigir o ataque armado aos senhorios representados pelos legitimistas que acompanharam a rainha e Castela.

Enquanto o Mestre procurava adesões, D. João I de Castela aprestava-se para invadir Portugal. No dia 12 de janeiro de 1384 chegou a Santarém, onde o aguardava a rainha. Um mês depois, a 8 de fevereiro, cercou Lisboa por mar e por terra. No entanto, a heróica resistência da capital do reino e os feitos da espada mágica de Nuno Álvares levaram os invasores ao desespero. Diante de tão drástica situação, o rei castelhano viu-se obrigado a levantar o cêrco e partir para Sevilha.

Restava à causa do Mestre eleger um rei. Abertas as Côrtes em Coimbra (março de 1385), os espíritos dividiram-se.

Alguns apontavam o Infante D. João, filho de D. Pedro I e Inês de Castro. A questão do provimento da Corôa desunia os pareceres. Os deputados do povo, no entanto, levam às Côrtes um mandato simplista: aclamar rei o Defensor da Pátria. Por que perder tempo com os que se presumiam herdeiros? D. Beatriz era espôsa de um rei estrangeiro que cortara as carnes da nação. Os filhos de Inês de Castro, o povo considerava-os uns desnacionalizados que tinham entrado à mão armada no país.

Finalmente o verbo de João das Regras venceu. Triunfou a causa que não podia perder. Portugal tem, afinal, um novo rei: D. João I. Portugal tem um condestável: Nuno Alvares Pereira. E' um Estado organizado com raízes profundas no consenso da nação.

Ultimadas as lutas da independência em Aljubarrota, pulverizadas as pretensões castelhanas, consolidada a causa nacional, reforçada a aliança com a Inglaterra pelo casamento de D. João I com Filipa de Lencastre, organizado o país pelo saber de João das Regras, abriram-se novos horizontes. O país voltava ao trabalho. A revolução era apenas uma lembrança gloriosa. Com a subida ao trono do chefe da revolução vitoriosa que Álvaro Pais educara, Portugal atingiu sua maioridade política. Liberto das querelas e das contradições peninsulares, assente os seus direitos em bases sólidas, Portugal preparou-se para se projetar numa nova e gigantesca empresa: a conquista do Atlântico ignoto.

c). — **A superação da crise.** Nos princípios do século XV, uma livre expansão econômica se impõe às comunidades da Europa Ocidental com o firme intento de “libertar” o comércio das sujeições do Mediterrâneo. Para isso necessitava, antes de tudo, de uma base geográfica intercontinental de troca que o Mediterrâneo não comportava. As profundas crises de mão-de-obra e de metais preciosos — fenómeno europeu — impunham solução rápida do problema. Os mercados do ouro novo e dos escravos exerceriam uma enorme atração. O giro monetário da Europa cristã era dominado, **grosso modo**, por duas zonas econômicas de altas tensões: de um lado, a área do norte assente na prata da Europa Central, de outro, a área do ouro africano que dava coesão ao bloco mediterrâneo, e que corresponde à época do dinar e da supremacia econômica do Islão.

No têrmo do século XIV, a Europa achava-se numa fase descendente da sua curva econômica, fenómeno ligado à Guer-

ra dos Cem Anos e às pestes que se lhe seguiram. De todos os problemas que então oprimiam o Ocidente europeu, nenhum era tão angustiante como a desordem monetária.

A gravidade da crise, que tinha de ser contornada, justificou o recurso a todos os meios disponíveis. Com o intuito de corrigir a depressão monetária, os governos tomaram infelizes providências cujas desastrosas conseqüências não se fizeram esperar: recorreram ao direito de senhoria, alterando a moeda. A natureza do mal estava na falta de metais preciosos. O fenômeno é europeu. Essa depressão encontrou-se, paralela, em Portugal. As rendas caíam à medida que minguavam as trocas, fazendo sossobrar a moeda. Os Avis sentiram a imperiosa necessidade de deter a profunda comoção monetária.

Diante das inquietudes que se adensavam, Portugal recorreu ao tradicional expediente de quebrar padrões monetários. Sabe-se que de 1384 a 1457 não há em Portugal uma efetiva amoeção de ouro. É um crucial período de instabilidade monetária e de terríveis sobressaltos financeiros. As quebras da moeda nos reinados de D. João I (1385-1433) e D. Duarte (1433-1438) são sinais certos da escassez de metais preciosos, geradores de angustiosas intranqüilidades econômico-sociais. Uma coisa liga-se à outra. São elos de uma mesma corrente depreciativa. Os contratemplos fustigavam a agricultura e o comércio. Tôda a Europa Ocidental sofria, com isso, prejuízos reais de efeitos duradouros.

Os organismos, cada qual na sua esfera de ação, não podiam continuar nessa indiferença perante as desordens econômicas. A vida da Europa Ocidental apresentava problemas cujas soluções interessavam à tôda a sociedade. A Igreja, a solução do impasse importava pelo lado moral e espiritual da vida humana. Ademais, o clero não se mostrava indiferente pelos destinos econômicos da questão, mesmo porque, para a perfeição do indivíduo, se reconhece a necessidade de um mínimo de condições materiais satisfatórias. Outrossim, a solução do problema seria serviço de Deus. A nobreza, por sua vez, arruinada na guerra, via perder-se seu prestígio e importância. Na emprêsa encontraria mercês e honrarias que levantariam seus minguados créditos. A realeza, para fazer face aos enormes gastos de uma administração cada vez mais centralizada, via nos interesses das classes econômicas as suas próprias aspirações. Assim sendo, todos se mostravam dispostos a participar do audacioso empreendimento. As diferentes aspirações convergiam para o mesmo alvo. A perspicaz burguesia comercial e marítima encontrava uma esfera comum,

onde havia colaboração recíproca e benéfica da Igreja, da fidalguia e dos “miúdos”. Por isso é que a Europa Ocidental, fielmente representada por Portugal, recusou-se a cruzar os braços e atirou-se, decidida, para a conquista do Atlântico ignoto, desprezando os problemas ligados aos países da orla mediterrânea.

Portugal estava consciente da sua posição no quadro das relações internacionais. Ninguém melhor do que êle conhecia os segredos do mar. A obra sairia, assim, de um plano maduramente estudado, pensado e discutido. A reconquista e a independência nacional eram problemas resolvidos. Tudo se conjugava para a conquista do “mar tenebroso”.

Em 1415, ano do assalto a Ceuta, o Infante tinha apenas 21 anos de idade. Antes desse empreendimento a sua figura permaneceu, senão apagada, pelo menos num plano sem grande repercussão internacional. A ação de D. Henrique só se projeta depois de 1415. Não foi em 1416 que o príncipe se retirou da Côrte e fixou residência no Algarve? Êste ano que segue ao da conquista de Ceuta pode ser apontado como primeiro marco cronológico da “éra do Infante”? Afigura-se-nos que não. Ademais, seria insensato vincular a idéia da empresa de Ceuta a D. Henrique. Esperar que o plano fôsse arquitetado exclusivamente por um homem, é hipótese que nos parece extravagante. Outrossim, pensar que a conquista interessava apenas a uma determinada classe social, quer-nos parecer, igualmente, idéia absurda. O que há é um conjunto de estímulos, de esforços e de aspirações. Imperativos de ordem religiosa, política e econômica figuravam como elementos excitadores do repercussivo empreendimento. Cada razão, cada estímulo atuaria, isso sim, mais fortemente nesta ou naquela classe e consoante os casos pessoais. Diferentes móveis concitaram a concordância de esforços, unindo a multiplicidade das vontades numa só. E' que todos queriam vencer a seu modo. O engendrado plano apresentado por João Afonso, por isso mesmo, agradou à nação inteira.

Não há negar que o empreendimento agradava ao rei e à nobreza, servos da Fé. A conquista estava profundamente integrada no velho impulso cavalheiresco da Reconquista na época da primeira dinastia. O espírito de cruzada anima, fundamentalmente, a aristocracia e a realeza. O resto viria por acréscimo. Ceuta prolonga em terra africana a cruzada peninsular da Reconquista. Meter uma lança em Africa era para todo português servir ao rei e a Deus. A ação militar e o cruzadis-

mo conjugavam-se, admiravelmente, com a aflitiva situação econômico-financeira da nobreza.

Conquistar Ceuta, um dos principais ninhos da pirataria mourisca, devia afigurar-se empresa de excelentes resultados. A posse da cidade acarretaria o domínio do Estreito e, portanto, a segurança da navegação cristã que se fazia entre o Atlântico e o Mediterrâneo. Esse miradouro a cavaleiro do Estreito facilitaria a repressão à pirataria muçulmana cada vez mais atrevida.

A importância política de Ceuta não era ignorada. Essa base geográfica no Mediterrâneo ocidental africano tinha valor internacional. Ceuta fôra durante séculos a porta por onde os sarracenos tinham passado nas suas investidas contra a Península Ibérica. Desde a hora da marcha do Islão sobre o Estado visigodo da Península, Ceuta era um magnífico porto de embarque dos auxílios enviados aos mouros intrusos. Ceuta, nas mãos dos cristãos, embaraçava a ida de reforços marroquinos para a Espanha muçulmana. Ao mesmo tempo dificultaria a ameaça de novas invasões. Outrossim, Ceuta garantiria a eventual conquista de Granada, sonho de D. João I, ao mesmo tempo que ergueria uma concretada barreira à provável expansão castelhana para o norte da África.

A burguesia dos portos não podia, tampouco, deixar de intervir. As forças econômicas postas em jogo eram demasiado estuantes para serem esquecidas. Deixar de falar na ação dos mercadores do Porto e de Lisboa na empresa, significa conspurcar toda a realidade de um **processus** histórico grandemente repercussivo. A idéia de alcançar um mercado de permutação do ouro africano levou a burguesia do reino a abrir os seus bolsos, financiando a expedição. O rico metal amarelo procedente dos impérios negros do Sudão centro-ocidental, e transportado pelos nômades cameleiros através do deserto, daria coberturas para tudo.

O sucesso da empresa dependia, no entanto, em alto grau, das permutas a realizar. O ouro era a melhor forma de pagamento. Dêle dependiam as compras que os portugueses tinham de efetuar nos mercados do norte. A solução do problema consistia, portanto, em alcançar os ricos mercados do ambicionado metal amarelo. O resto viria por si.

Perseguidos por essa idéia é que os mercadores do Porto e de Lisboa, fazendo convergir para o mesmo objetivo as aspirações da Corôa, do clero e da nobreza, investiram com redobrado vigor contra Ceuta, ponto de partida para a integração da civilização européia na civilização mundial.

III). — O segundo momento: 1419-1443. O começo da era do Infante.

A conquista militar de Ceuta seguiu-se a desilusão da burguesia comercial e marítima. Ceuta valeu pela dura lição. A cidade, até então terno das rotas do ouro novo, transformou-se numa praça de guerra, deficitária para os Avis.

Frustrado o audacioso empreendimento, mas cristianizado o Estreito, estancando-se as invasões marroquinas, empreende-se a abordagem dos impérios negros, senhores do ouro novo africano, pelas caravelas do Infante.

Em 1419, D. Henrique foi nomeado governador perpétuo do Algarve. Afigura-se-nos que esta baliza é o marco inicial da ação ultramarina do príncipe. Percebe-se claramente a conexão entre o ato político da realeza, que levou o Infante a montar em Lagos o seu "Q. G.", e a conquista do "mar-oceano" que se projetava. O "navegador" tinha, então, 25 anos de idade.

O primeiro problema que se colocou, além da questão dos capitais e da nova técnica naval, foi o reconhecimento da costa africana além do Bojador, que se apresentava aos marinheiros como obstáculo quase intransponível.

Todos os anos, a partir de 1421, uma caravela, pelo menos, partia de Lagos com a missão de localizar uma passagem além do Bojador. Essa perseverança do Infante foi recompensada em 1434 quando Gil Eanes regressou com a feliz notícia de que dobrara o difícil cabo, e vira diante de si um oceano fácil de navegar.

No ano seguinte, em 1435, Afonso Baldaia alcançou um trecho da costa, além do Bojador, a que chamou Angra dos Ruivos. Assim conseguiram os marinheiros do Infante entrar em relações humanas com os alarves e azenegues do Saara atlântico, conhecedores dos itinerários das pistas transaarianas do ouro novo africano. Meses depois, o mesmo Baldaia chegou à embocadura do Rio do Ouro, caminho aberto às ricas regiões da vasta e enigmática "Terra dos Negros", onde o precioso metal amarelo aguardava resgate. As explorações de Baldaia abriram novos horizontes geográficos e mercantis, levando a Portugal risonhas esperanças. Os cristãos atingiram, assim, depois de repetidos esforços, a origem mais próxima de um lucrativo mercado de ouro e de escravos que os nômadez cameleiros do deserto exploravam desde recuados tempos.

Após a segunda viagem de Baldaia, em 1436, houve uma pequena pausa nas expedições henriquinas ao ocidente afri-

cano, devido aos contratempos da política portuguêsã. As desventuras do reinado de D. Duarte e as questões que se seguiram à sua morte, desviaram o Infante do seu programa ultramarino. A interrupção é assinalada por Zurara, Diogo Gomes, Valentim Fernandes e Barros. Em agosto de 1437 foi o desastre de Tânger. De nada valeram os esforços do Infante D. Pedro no sentido de se evitar a expedição suicida. No ano seguinte foi a peste que dizimou o reino e enlutou a nação com a morte de D. Duarte. Ao passamento prematuro do monarca seguiram-se as desavenças entre os partidários da rainha viúva e do Infante D. Pedro sobre a Regência, durante a menoridade do futuro rei D. Afonso V.

Assente a regência de D. Pedro, em janeiro de 1440, e afastada a ameaça de uma guerra civil, o Infante D. Henrique retomou os seus planos ultramarinos.

A vitória política da burguesia, guindando D. Pedro ao governo do reino, inaugurou um período de intensa ação oceânica. Logo no ano seguinte, em 1441, D. Henrique armou um navio e entregou-o a Antão Gonçalves com a missão de ir ao Rio do Ouro. Nesse mesmo ano, antes da torna-viagem de Antão Gonçalves, partiu Nuno Tristão a fim de completar o reconhecimento geo-econômico do Saara atlântico.

Em 1442, no ano seguinte, organizou-se nova expedição que resultou das auspiciosas notícias obtidas dos alarves e azenegues aprisionados nas últimas viagens.

Em 1443, Nuno Tristão, navegando além do Cabo Branco, descobriu o arquipélago de Arguim. O Infante tinha, então, 49 anos de idade. Arguim, com o estabelecimento de uma feitoria comercial e construção de uma fortificação militar, tornou-se logo o centro fundamental do tráfico atlântico português com a "Terra dos Negros", sendo superado apenas pela feitoria da Mina, já no reinado de D. João II, em fins do século. Foi nesse ano de 1443 que a realeza delegou o monopólio do tráfico africano a D. Henrique. Mercê dessa cessão graciosa, o Infante tornou-se o grande senhorio da expansão atlântica.

O êxito das últimas viagens levou o almoxarife do rei na cidade de Lagos, Lançarote, a propor ao Infante, em 1444, a organização de uma nova empresa à "Terra dos Negros". Com a viagem de Lançarote definem-se os dois princípios da expansão ultramarina portuguêsã: ocupação da terra descoberta e exploração comercial.

Após o regresso de Lançarote, Portugal insistiu na organização de novas expedições de reconhecimento geo-econômico, po-

lítica conducente aos mesmos objetivos de expansão mercantil que dava ocupação à nobreza militar com a colonização das ilhas e patrulhamento das bases atlânticas. O que interessava, agora mais do que nunca, era resolver o problema do ouro. A conquista incipiente do Atlântico ignoto representava, no vasto plano mercantil, uma derivação das rotas transaarianas do deserto para o oceano.

O Infante, esclarecido com novos informes, conjugou esforços com o claro intento de estender a sua ação além do arquipélago de Arguim. Em 1445 partiu Nuno Tristão, pela terceira vez, numa caravela, indo diretamente a Arguim. Prosseguindo viagem em direção ao sul, junto à costa, chegou ao rio Senegal, magnífica via de penetração do continente negro que levava aos mercados auríferos do Sudão.

Nesse mesmo ano de 1445, Dinís Dias, navegando além do Senegal, descobriu o Cabo Verde. A partir de então multiplicaram-se as viagens à Guiné, ao mesmo tempo que se incrementava a colonização da Madeira e dos Açores. Note-se que as ilhas interessavam a Portugal por mais de uma razão. Constituíam excelentes terras de colonização — derivativo para a nobreza minguada em rendas — e de comércio, além de servirem de bases navais para as rotas da “Terra dos Negros” e do Marrocos atlântico. Na Madeira e nos Açores desenvolveram os portugueses a cultura cerealífera, açúcar, vinho, frutas e criação de gado. Em conexão com a empresa agrária das ilhas, desenvolveu-se o tráfico dos escravos. O binômio açúcar—escravos foi uma constante na história econômica e social das ilhas.

IV). — O terceiro momento: 1449-1460.

Ao ano de 1448 segue-se uma nova pausa nas viagens das descobertas e de exploração comercial à África atlântica. A interrupção prende-se, quer-nos parecer, ao drama político que culminou com a morte do Regente D. Pedro, na trágica noite de 20 de maio de 1449, em Alfarrobeira. O governo de D. Pedro (1439-1449) constituiu um período da história de Portugal de acentuado caráter anti-senhorial. Alfarrobeira é a reação violenta da fidalguia, desejosa por atrair para a sua agremiação política o cavaleiro Afonso V. Gerando maiores intranquilidades, havia ainda a luta diplomática com Castela pela posse das Canárias, fato conhecido.

Mesmo depois de restabelecido o sossêgo no reino com D. Afonso V no trono, nota-se um afrouxamento da ação henri-

quina no prosseguimento da expansão atlântica. O Infante tinha, então, 55 anos de idade. Se não era velho, tampouco era moço.

Depois dêsse hiato forçado, necessária talvez, Portugal voltou-se novamente para a “Terra dos Negros”, disposto a solucionar a complicada questão da Senegâmbia, organizando em sólidas linhas a primeira rota atlântica do ouro africano. Impunha-se, porém, conquistar a confiança e amizade dos potentados negros, cujas terras douradas constituíam, então, a prêsia mais ambicionada da Europa.

Em 1454, já nos últimos anos da vida do Infante, o veneziano Luís de Cadamosto foi para Portugal, onde obteve a necessária licença de D. Henrique para organizar uma expedição à Guiné. Em março do ano seguinte partiu de Lagos com destino a Arguim. Navegando em direção ao sul, Cadamosto chegou ao Senegal, rio que separa a terra pobre e árida dos pardos azenegues, do rico país dos negros jalofos.

Ultimada a exploração geo-econômica de uma vasta área do Senegal, o perspicaz veneziano fêz-se à vela em demanda do rio Gâmbia, onde esperava dispor de novos centros dos resgates do ouro. À chegada seguiu-se a desilusão. Onde esperava encontrar ouro, quase encontrou a morte. Diante da hostilidade dos indígenas e dos protestos da tripulação, Cadamosto regressou diretamente ao reino.

No ano seguinte, porém, Cadamosto voltou à Guiné com o firme intento de explorar o Gâmbia. Conquistada a confiança dos nativos, o esperto italiano subiu o rio até chegar à aldeia de Batimansa, em pleno sertão, a 60 milhas da costa, onde resgatou algália e ouro.

Depois de descer o Gâmbia até à foz, navegou em direção ao sul, sempre junto à costa, até chegar à embocadura do Geba, onde conseguiu resgatar algum ouro em jóias. Dois dias depois retornou a Portugal.

A torna-viagem de Cadamosto foi uma “aleluia”. O Infante, vendo-se na trilha do ouro, organizou uma nova expedição cujo comando entregou a Diogo Gomes. Chegando ao Gâmbia subiu o rio até Cantor, onde traficavam os nômades do deserto com os negros mandingas. Desenhava-se, assim, a enorme tenaz que vinha estrangulando o Islão.

A presença de Diogo Gomes em Cantor provocou alvoroço, abrindo um verdadeiro sulco de febre econômica. Os mandingas do sertão, senhores dos segredos do ouro, conheciam, agora, novos clientes.

Depois de firmar pazes com os régulos do Gâmbia, Diogo Gomes regressou a Portugal com uma preciosa carga representada por malagueta, escravos, ouro e peles.

Em 1458, as navegações henriquinas sofreram nova interrupção. Razão disso? A investida de Afonso V a Alcácer-Ceguer. O Infante, apesar de já dobrado em anos, pois tinha 64 anos de idade, não só aprovou a idéia da expedição afonsina, mas ainda integrou com a sua frota de Lagos a armada real. Esta nova arremetida contra os mouros marroquinos representa a causa do imperialismo territorial e guerreiro, defendida pela nobreza militar e agrária "pensionista" de um rei de mentalidade medieval, pouco entusiasmado com a criação de um gigantesco império comercial e marítimo, sonho dos mercadores algarvios, lisboetas e portuenses. Trata-se de duas políticas ultramarinas, cada qual com os seus ideais, aspirações e objetivos.

A riqueza que os navegadores henriquinos haviam levado para Portugal como amostras era, no entanto, suficiente para provar a Afonso V e à nação, que o patrimônio do reino podia ser aumentado desde que se organizasse o trato com os potentados negros do Sudão Ocidental. Por isso os antagonismos das classes portuguesês foram postos de lado, perdendo-se, diluindo-se no encôntro da realidade africana. Portugal voltava-se de novo para a Guiné, onde encontraria a seiva vivificadora para ulteriores empreendimentos.

Em 1460, ano da morte do Infante, Diogo Gomes voltou à "Terra dos Negros" numa caravela armada pelo próprio rei, sinal evidente de que a Corôa começava a dar melhor atenção ao seu patrimônio ultramarino. Nesse ano do passamento de D. Henrique, a Senegâmbia vinha sendo sistematicamente explorada. Do Senegal à Serra Leoa, os marinheiros e capitães henriquinos já haviam estabelecido em sólidas linhas as bases de um trato mercantil regular com os senhorios da África atlântica. A penetração continental através do Gâmbia e do Senegal principiava a desviar para o mar as trilhas do ouro. Portugal criava, assim, um "mundo novo" que entrava na história como valioso fator da economia do Ocidente cristão.

Com as viagens de Cadamosto e Diogo Gomes, alargaram-se as áreas do trato. Certos entrepostos, até então clientes dos nômades camelieiros do deserto que traficavam no Tombuctú, tornaram-se tributários dos estabelecimentos de Arguim e da Senegâmbia, onde os portuguêsês organizaram os resgates com negros, alarves e azenegues. O Infante deixava, assim, aberto o caminho da complicada mecânica geo-econômica que have-

ria de levar D. João II a completar a “captura” do ouro novo africano, com a organização dos resgates da Mina. A lição do Infante estava aprendida, e o Atlântico, o grande laboratório, aberto para novas experiências.

MANUEL NUNES DIAS

Professor do Curso de História da Civilização Ibérica e
Assistente da Cadeira de História da Civilização Moderna e
Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
da Universidade de São Paulo.